A COLOCAÇÃO PRONOMINAL NOS SINTAGMAS VERBAIS EM DOCUMENTO PORTUGUÊS SEISCENTISTA

Helga Lívia Aparecida Silva de Melo (UFMG)
liviademelo@gmail.com
Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen (UFMG)
tilah@letras.ufmg.br

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido durante a iniciação científica, sob orientação da pesquisadora Maria Antonieta Cohen (2013) e traz uma contribuição para o estudo da língua portuguesa seiscentista através da análise da colocação dos pronomes clíticos em 83 cartas missivas da rainha Catarina de Bragança, escritas em português lusitano, no período entre 1660 e 1690, que estão sendo preparadas para edição. A partir da transcrição dessas cartas, já concluída, foram selecionados todos os sintagmas verbais em que houve ocorrência de pronomes clíticos, totalizando 1.190 ocorrências, sendo 994 em posição pré-verbal (83,5% de próclises) e 196 na posição pós-verbal (16,5% de ênclises). Posteriormente, essas ocorrências foram analisadas de acordo com os tipos de conjugação verbal em que figuravam (tempos simples e complexos verbais) e também de acordo com a natureza das formas verbais (finitas ou não finitas). O objetivo desta análise é caracterizar o português seiscentista no que se refere à colocação dos pronomes clíticos e verificar os fatores que podem favorecer ou não o uso das formas que, no período analisado, encontravam-se em variação no português europeu.

Palavras-chave: Colocação pronominal. Diacronia. Sintaxe de colocação. Pronome.

1. Introdução

O século XVI, segundo Segismundo Spina (1987, p. 10), é o momento em que Portugal abre as portas do mundo moderno e a língua portuguesa passa a ser estudada como um fator de identidade nacional. As primeiras gramáticas, escritas por Fernão de Oliveira, em 1536 (*Grammatica da Lingoagem Portugueza*), e por João de Barros, em 1540 (*Grammatica da Lingua Portugueza*), surgem numa tentativa de normatizar a língua, aprimorá-la e afeiçoá-la à língua mãe, o latim. Paul Teys-

sier (2001, p. 87) afirma que o século XVI é um período de grande enriquecimento vocabular, devido ao contato com as culturas dos povos conquistados, em consequência da expansão marítima. Essa fase da história da língua portuguesa que se inicia a partir da obra de Camões, é denominada a fase da prosa histórica, da elaboração linguística e literária exclusivamente portuguesa (HAUY, 1989, p. 22), em que o idioma escrito já está fixado e apto para se difundir pelo mundo.

No século XVII, as modificações na língua portuguesa prosseguem e são mais aparentes na esfera lexical e na organização da frase. Entretanto, apesar de todas essas peculiaridades que demonstram ter sido este século tão importante na evolução da língua, é um período ainda pouco caracterizado linguisticamente – ou, nas palavras de Cuesta & Luz (1971, p. 173), "mal apreciado". O presente estudo vem suprir esta lacuna ao apresentar uma análise da colocação dos pronomes clíticos, a partir de um documento inédito. A proposta de estudar a língua portuguesa lusitana no século XVII justifica-se pelo fato de existirem poucos estudos relativos ao período em questão, principalmente no que diz respeito à língua não literária, de caráter informal. O sistema de colocação pronominal no português seiscentista é um dos pontos que mais gera discussão entre sintaticistas na linguística histórica.

Neste artigo, será descrita a colocação dos pronomes clíticos em sintagmas verbais a partir de um *corpus* constituído por cartas missivas escritas em português lusitano, no século XVII, por Catarina de Bragança a seu irmão D. Pedro II, no período em que ela viveu na Inglaterra (entre 1662 e 1692), como rainha consorte, após ter se casado com Carlos II, 3º Monarca da casa de Stuart (COHEN, 1998, p. 89). A importância desse tipo de documento para a linguística histórica, segundo Cohen (1996) e com suporte no pensamento de A. L. Becker, é que

> [...] os dados da língua antiga devem fazer parte de um texto que contenha unidade temática, que possa ser datado, do qual se conheçam o contexto de produção, se apógrafo, autógrafo, tradução, etc., ou seja, informações que nos permitam verificar a fidedignidade do texto em questão e inseri-lo no contexto que o produziu. As limitações do trabalho diacrônico são tantas, que não se pode abrir mão de informações que possam nos facilitar o acesso à língua antiga [...].

Embora um levantamento prévio das questões linguísticas relevantes no documento em estudo já tenha sido feito por Cohen (1995, 1998), a monografia de De Melo (2013) foi o primeiro trabalho a descrever sistematicamente um fenômeno que ressalta dos dados, por sua alta frequência: a colocação dos pronomes clíticos em posição pré-verbal.

Nas Cartas CB, registram-se ocorrências de ênclises (16,5 % do total), mas a prevalência é de próclises. Não se registram mesóclises. O objetivo desta análise é caracterizar o português seiscentista no que se refere à colocação dos pronomes clíticos e verificar os fatores que podem favorecer ou não o uso das formas que, no período analisado, encontravam-se em variação no português europeu.

2. A colocação dos clíticos no sintagma verbal

Na gramática de Maria Helena Mira Mateus (2006, p. 826), os pronomes clíticos são definidos como pronomes pessoais átonos que ocorrem associados à posição dos complementos dos verbos. No português contemporâneo, as formas átonas dos pronomes oblíquos são: *me*, *te*, *o*, *a*, *lhe*, *se*, *nos*, *vos*, *os*, *as*, *se* e *lhes*. No português moderno, "os pronomes clíticos têm um comportamento uniforme quanto aos padrões de colocação; todos eles exigem um hospedeiro verbal" (MIRA MATEUS, 2008, p. 847), o que significa que eles devem sempre estar adjacentes a uma forma verbal, finita ou não finita.

No português europeu contemporâneo, a colocação dos clíticos é um dos pontos mais complicados da sintaxe. Devido à sua atonicidade, que determina um ensurdecimento da vogal, esses pronomes são usados preferencialmente na posição enclítica, mas dependendo da natureza finita ou infinita das formas verbais a que os ditos pronomes servem de complemento, podem também ser encontrados antepostos ao verbo (CUESTA & LUZ, 1971, p. 493). Já no português brasileiro, ocorre o oposto: a colocação pronominal é preferencialmente proclítica, inclusive chegando a aparecer em inícios de frases, o que seria impronunciável para falantes lusos (*idem*, p. 495).

Retornando ao século XVII, período em que se concentra nossa análise, conforme já mencionado anteriormente, existem controvérsias quanto ao uso desses pronomes. Enquanto alguns estudos demonstram que o padrão da época era a estrutura proclítica, outros apontam para a ideia de ter sido este um período de transição, em que a estrutura enclítica, inovadora, estaria em progressão. Ana Maria Martins (1994, p. 273), baseando-se nos sermões do Padre Antônio Vieira, assim o descreve:

> [...] autor cujos textos manifestam, nas orações não dependentes, o abandono da colocação preferencialmente proclítica, característica do português do século XVI, e o aparecimento em força da ordem 'verbo-clítico'. É relevante, pois, que nos textos do mesmo autor, se registre quase sempre a ordem 'clítico-

> verbo' em orações infinitivas regidas de preposição (nomeadamente, nas introduzidas pela preposição *a*, em que a ordem 'verbo-clítico' veio a tornar-se obrigatória). [...]

Outros textos da mesma época analisados pela autora apresentam a ordem proclítica como preferencial, tais como os textos teatrais do escritor D. Francisco Manuel de Melo, em que o uso da próclise prevalece em 92% dos casos. Analisando diacronicamente esses e outros dados, pode-se inferir que a mudança para o padrão enclítico, que veio a perdurar no português europeu, teria ocorrido efetivamente a partir do século XVIII.

Outro fenômeno comum no português seiscentista são os casos de interpolação de constituintes, que se trata da colocação de uma ou mais palavras entre o pronome em posição proclítica e o verbo. Rocha (2009, p. 63) designa por interpolação o fenômeno da não adjacência do clítico ao verbo, aparecendo entre eles qualquer elemento que possa ocupar na oração a posição pré-verbal. Segundo Mira Mateus (2008, p. 847), esses elementos seriam: um constituinte negativo, um advérbio, um sintagma preposicional, um pronome sujeito e um pronome forte objeto direto. Já conforme a descrição de Martins (1994, p. 182-183):

> [...] exceptuados os elementos que precedem o clítico em estruturas com interpolação (isto é, conjunção ou pronome relativo, nas orações dependentes finitas; preposição, nas orações dependentes não-finitas; advérbio, quantificador ou sintagma focalizado, nas orações não-dependentes), qualquer constituinte que, no português medieval e clássico, pudesse ocupar na oração uma posição pré-verbal, podia ocorrer interpolado entre o clítico e o verbo. [...]

3. Aspectos metodológicos

Para a transcrição do documento em análise, foi adotada a metodologia da crítica textual, ou da filologia como edição crítica de textos. Trabalhamos de acordo com os critérios de Lobo (2001), adaptados por Cohen *et alii.* (2009), para que a transcrição mantivesse o máximo das características originais do documento em relação à língua de época em que foi escrito, preservando ortografia, pontuação e acentuação. A partir das transcrições das 83 cartas, foram selecionados todos os sintagmas verbais em que houve ocorrência de pronomes clíticos, totalizando 1.190 ocorrências, sendo 994 em posição pré-verbal (83,5 % de próclise) e 196 na posição pós-verbal (16,5 % de ênclises). Os casos de próclise foram agrupados tomando como critério o tipo de conjugação verbal (simples

ou complexa) e a presença ou não de interpolação. Os casos de ênclise não foram analisados neste trabalho.

4. Resultados

Nas 83 cartas analisadas, foi encontrado um total de 1190 clíticos, sendo 994 na posição pré-verbal e 196 na posição pós-verbal. A partir desses dados, verifica-se que a estrutura proclítica predomina quantitativamente sobre a enclítica, com 83,5% das ocorrências. A próclise é, portanto, a ordem preferencial dos clíticos neste documento.

Quanto ao tipo de conjugação verbal, predominam os casos de próclise com verbos em tempo simples (ordem clítico-verbo), configurando-se em 740 ocorrências. Os casos de próclise com complexos verbais (ordem clítico-verbo auxiliar ou modal-verbo principal) totalizam em 171 ocorrências.

Quanto à presença de interpolação de constituinte entre o clítico e o verbo, foram encontrados 83 casos, sendo 58 com conjugações simples e 25 com conjugações compostas (complexos verbais). O elemento preferencialmente interpolável nessas sentenças foi o advérbio de negação *não* (53 ocorrências), seguido pelos pronomes pessoais retos *eu* e *vós* (17 ocorrências). As demais ocorrências de interpolação referem-se a outros pronomes átonos. O fenômeno da interpolação será descrito e exemplificado na próxima seção.

5. Análise dos dados

Agrupando-se os casos de próclise de acordo com o tipo de conjugação verbal e com a presença ou ausência de constituinte interpolado, temos a seguinte tabela:

PRÓCLISE	Sem interpolação	Com interpolação	Total
Tempo Simples	740	58	798
Tempo Composto	171	25	196
Total	911	83	994

TABELA 1. Distribuição dos pronomes em posição proclítica

As sentenças abaixo representam algumas ocorrências de estruturas sem interpolação e com os verbos tempos simples:

(1) (...) e não cuido [$_{sv}$ **vos** mereçe][34] pouco / pello g^{de}. empenho, q' tem mostrado, / e continua em [$_{sv}$ **me** defender], e pro/teger, com taõ singulares mostras / de affecto (...) – Carta 1, linhas 10 a 14.

(2) (...) com o muito q' o meu / affecto ~~vem~~ [$_{sv}$ **vos** merece] q' se asi [$_{sv}$ **o**fizer/des], eu [$_{sv}$ **me** seguro] de melhor rezulucão (...) – Carta 2, linhas 15 a 17.

(3) (...) e [$_{sv}$ **se** vio] bem / como nesta Corte [$_{sv}$ **se** estimão] vossos Menis/tros quando elles satisfazem a sua obrigação / com o modo q' delles [$_{sv}$ **se** espera] (...) – Carta 9, linhas 7 a 10.

Em (1), o pronome *vos* é contíguo ao verbo *merecer* em primeira pessoa do singular do presente do indicativo e o pronome *me* é contíguo ao verbo *defender* no infinitivo; em (2), o pronome *vos* é contíguo a *merece*, o pronome *o* é contíguo e cliticizado a *fizerdes* e o pronome *me* é contíguo a *seguro*; em (3), há três ocorrências do pronome *se*, respectivamente contíguos a *vio*, *estimão* e *espera*. Este tipo de estrutura é o mais comum no documento.

Quanto às ocorrências de clíticos com complexos verbais, como se sabe, não há consenso entre os gramáticos quanto à classificação entre tempo composto (TC), locução verbal (LV) e conjugação perifrástica (CP). (PONTES, 1973, p. 17). Essa não concordância entre os estudiosos deve-se ao fato de não se encontrar uma definição do que seja TC ou CP e do critério usado para distingui-los.

As formações com complexos verbais prevalecem categoricamente na ordem Cl-V_1-V_2. Não houve ocorrência da ordem V_1-V_2-Cl. Mira Mateus (2006, p. 857) define como *Subida de Clítico* o fenômeno da ocorrência de clítico anteposto a complexos verbais, que consiste na seleção de um verbo do qual o pronome clítico não é dependente para hospedeiro verbal, ou seja, o clítico ocorre próximo ao verbo auxiliar e não ao principal. As sentenças a seguir representam uma ocorrência de tempo composto (sentença de nº 4), uma de locução verbal com modal (sentença nº 5) e uma de conjugação perifrástica (sentença de nº 6):

(4) (...) naquella / occazião vos manifestei ao largo o que / por vezes [$_{sv}$ **vos** tenho reprezentado], / e faltandome a vossa reposta effectiva (...) – Carta 2, linhas 5 a 8.

[34] Estamos destacando apenas os elementos do sintagma verbal que interessam à presente análise. Os clíticos a serem considerados estão em negrito.

(5) (...) vos me tereis mandado, estas mesmas / boas novas, as quais para mim serão / de dobrado gosto pois he so o que [$_{sv}$ **me** / pode ficar] quando me falta, o único / e grande de vos ver (...) – Carta 5, linhas 15 a 19.

(6) (...) não cuidava eu que na liberdade em/ q' D's me pos [$_{sv}$ **me** avia de vir] nenhum ou/tro bom effeito q'o de vossa companhia (...) – Carta 30, linhas 20 a 22.

Analisando os casos de interpolação, como se viu anteriormente, são os de mais baixa ocorrência neste *corpus*. Segundo Martins (1994, p. 161), trata-se de um fenômeno que pode ocorrer apenas quando o clítico antecede o verbo, ou seja, somente em estruturas proclíticas, que são o objeto desta análise. Martins (1994, p. 299) também afirma que esse fenômeno teria sido característico do período medieval da língua, perdendo sua frequência de uso a partir do século XVII. Seguem abaixo dois exemplos de interpolação com verbos em tempo simples (sentenças de nº 7 e 8) e dois com complexos verbais (sentenças de nº 9 e 10):

(7) (...) ja que vos ainda [$_{sv}$ mo / **não** permitis] alomenos, offereçeia / ambas da minha parte (...) – Carta 11, linhas 10 a 12.

(8) (...) segurovos que o Mundo sabe / avaliar o que [$_{sv}$ vos **eu** mereco] taõ bẽ que (...) – Carta 11, linhas 25 e 26.

(9) (...) el Rey Guilherme / o difficulta, sendo tão inconside/^{ra}vel, q' [$_{sv}$ lhe **não pode** ajudar] as suas des/pezas (...) – Carta 7, linhas 9 a 10.

(10) (...)com toda a confiança spero / de D's, e de vos q' [$_{sv}$ me **não há de** faltar] / esta speranca q' he o que da Allento / a minha vida (...) – Carta 27, linhas 9 a 12.

A interpolação do *não* é muito mais frequente que a dos demais constituintes interpoláveis, também em outros *corpora*, conforme já foi anteriormente pesquisado por Martins (1994, p. 194). Trata-se de um fenômeno com características diferentes do fenômeno de interpolação de outros elementos; tendo ocorrido mais frequentemente no português medieval e clássico, é o único que continuou a ser possível na língua literária até os nossos dias (*Op. Cit.*: 162). As sentenças anteriormente citadas demonstram que o *não* ocorreu interpolado entre diferentes clíticos e verbos também em diferentes conjugações. Já a interpolação do pronome pessoal reto (sujeito pronominal) é um fenômeno comum no português antigo, embora bem menos frequente que a interpolação do *não*, conforme verificamos em outros estudos, tais como a *Sintaxe Histórica* de Epiphanio Dias (1970), e as teses de Martins (1994) e Rocha (2009).

6. Considerações finais

Os dados obtidos nesta pesquisa mostram uma prevalência significativa da formação proclítica (83,5%), em relação à enclítica (16,5%), o que nos leva a inferir que esta era ainda a estrutura preferencial de colocação pronominal no português lusitano do século XVII. As cartas de Catarina de Bragança constituem um documento importante para análises linguísticas, por apresentar muitos aspectos da linguagem coloquial desse período, uma vez que são cartas pessoais e familiares. Atribuímos a esses dados uma confiabilidade no que diz respeito à estrutura do português da época, considerando que a escrita desse tipo de correspondência apresentaria mais traços de coloquialismo do que de formalidade.

Neste documento, a estrutura preferencial é a colocação do clítico anteposto ao verbo em tempo simples; esse tipo de construção ocorre 740 vezes, dentre as 994 ocorrências de próclise. Os casos de clíticos com conjugações compostas são 171, dentre os quais prevalecem construções com o verbo modal *poder* + verbo principal no infinitivo e com o auxiliar *ter* + verbo principal no particípio.

A leitura de textos do século XVII pode gerar diferentes graus de estranhamento, pois encontramos neles estruturas que não pertencem mais ao nosso sistema linguístico contemporâneo, como as da denominada subida do clítico com tempos compostos. Ressaltamos que para essa percepção é importante observar não apenas o sistema do português brasileiro, mas principalmente do português europeu, uma vez que nosso objeto de estudo é a variedade lusitana da língua; um tipo de construção como as ocorrências de clítico associado a tempos compostos e conjugações perifrásticas, que podem causar estranhamento por não serem comuns no português brasileiro contemporâneo, são extremamente usuais no português europeu.

Os casos de interpolação encontrados correspondem à minoria (apenas 8,4 % do total de próclises) e, dentre estes, prevalece o uso do advérbio de negação *não*, entre o clítico e o verbo. Também este padrão sintático não é registrado no português brasileiro contemporâneo. Estes dados conferem com a tese de Martins (1994, p. 183), que afirmou que os constituintes interpoláveis que ocorrem mais frequentemente entre o clítico e o verbo são elementos normalmente pré-verbais em outras estruturas, principalmente o advérbio de negação, que obrigatoriamente deve ocorrer antes do verbo. Esta seria uma hipótese para explicar porque este é o constituinte mais comum nos casos de interpolação, além de ter sido

o único que continuou interpolável na língua literária do português europeu contemporâneo (ROCHA, 2009, p. 63).

O problema da colocação pronominal e da caracterização da língua nessa época é ainda suscetível de análises e de discussão. Documentos da mesma fase estudados por outros pesquisadores da área demonstram que a próclise e a ênclise encontravam-se em variação, o que veio a se modificar ao longo dos séculos subsequentes, até os dias de hoje, em que, no português europeu, a ordem enclítica é a que prevalece, tanto na norma culta quanto na língua falada.

Com esta análise, esperamos ter dado uma contribuição fidedigna para o conhecimento da sintaxe de colocação de clíticos no português do século XVII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRETER, Fernando Lazaro. *Diccionario de terminos filologicos.* 3. ed. Madrid: Gredos, 1968.

CATÃO, Cíntia; DE MELO, H. Lívia. *Edição de documento inédito do século XVII*: Revisão e contextualização. XXI Semana de Iniciação Científica. UFMG, 2012.

COHEN, Maria Antonieta A. de M. Catarina de Bragança, personagem histórica X Catarina, figura feminina. *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*, vol. 18, n. 22, p. 89-105.

_____. Pressupostos teórico-metodológicos do projeto filologia bandeirante. In: MEGALE, H. (Org.) *Filologia bandeirante.* Estudos 1. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2000.

_____. *A língua do século XVII e a língua contemporânea.* VI Encontro Internacional da ALFAL, Las Palmas de Gran Canaria, 1996.

_____. Manuscrito inédito do século XVII: Cartas de Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra, a seu irmão D, Pedro II, rei de Portugal. *Gênese e Memória. IV Encontro Internacional dos Pesquisadores do manuscrito e de Edições.* São Paulo: Annablume, 1995.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus. *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos.* 3. ed. melhorada. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993.

CUESTA, Pilar Vazquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática portuguesa.* 3. ed. rev. e aum. Madrid: Gredos, 1971.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DE MELO, H. Lívia. *O português lusitano do século XVII*: análise da colocação dos pronomes clíticos nas cartas de Catarina de Bragança. (Monografia). FALE/UFMG, 2013.

DIAS, Augusto Epifânio da Silva. *Syntaxe historica portuguesa.* 5. ed. Lisboa: Classica, 1970.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de; BORGES, Stella Maris; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas.* 8. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa I*: séculos XII, XIII e XIV. São Paulo: Ática, 1989.

LIMA, Cassandra C. *Transcrição de manuscrito seiscentista, do português não literário lusitano, para fins de estudos linguísticos.* (Monografia). UFMG. Belo Horizonte, 2009.

MARTINS, Ana Maria; CASTRO, Ivo; URIAGEREKA, Juan. *Clíticos na história do português***.** 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Lisboa.

MIRA MATEUS, Maria Helena. *Gramática da língua portuguesa.* 7. ed. Lisboa: Caminho, 2006.

PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares em português.* Petrópolis: Vozes, 1973.

ROCHA, Nilzete da Silva. *Clíticos: Ingrediente na cozinha portuguesa do século XVII.* 2009. Dissertação (mestrado). – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SPINA, Segismundo. *História da língua portuguesa III*: Segunda metade do século XVI e século XVII. São Paulo: Ática, 1987.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.